



C A P Í T U L O 3

A mulher intelectual: as ideias e a trajetória intelectual de Antonieta de Barros

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9692517093>

Eduarda Fiorani Sinotti
Mestranda

Neilaine Ramos Rocha de Lima
Prof. Dra. - Universidade Estadual de Maringá

RESUMO: A história intelectual brasileira do século XX foi marcada por nomes conhecidos da história das ideias, mas também por sujeitos que desafiaram as estruturas de gênero, raça e classe, construindo caminhos de resistência em meio a um cenário político e cultural excluente. Entre essas figuras, Antonieta de Barros (1901-1952) constitui-se como um caso singular: mulher negra, educadora, jornalista, escritora, parlamentar e intelectual. Filha de Catarina de Barros, lavadeira e ex-escravizada, Antonieta construiu sua trajetória em uma sociedade patriarcal e racista, logrando projeção no magistério, na imprensa e na política. Em 1934, tornou-se a primeira deputada estadual negra do Brasil, em um estado que sequer possuía tradição de movimentos sufragistas femininos. O presente capítulo busca reconstruir um panorama biográfico e bibliográfico de Antonieta de Barros, denominando-a como uma intelectual, e discutindo os fundamentos de suas ideias e de sua condição intelectual.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectual; Ideias; Antonieta de Barros; Mulher

INTRODUÇÃO

A História dos intelectuais se consolidou como um dos campos da historiografia no século XX, que surge da História Intelectual ou História das Ideias. Essa abordagem observa a importância da análise da trajetória pessoal do intelectual como uma fonte histórica para compreendermos elementos do passado ligados à política, às ideias e às sociedades.

No Brasil, é grande o rol de nomes que se enquadram na galeria dos intelectuais relevantes de nossa história, e a evocação de suas trajetórias se imbrica com a História do Brasil. Pensando nisso, o trabalho aqui proposto pretende resgatar e analisar historicamente a trajetória intelectual da professora e jornalista Antonieta de Barros (1901-1952), incluindo o nome dela no rol de intelectuais brasileiros do século XX.

Como mostrou Pecaut (1990), no Brasil, principalmente no século XX, o intelectual é um portador de um discurso de construção nacional, e sua razão de existência não está apenas no falar ou pensar, mas no agir, e isso está intimamente ligado ao universo do político. Sendo assim, Pecaut (1990) destaca que um dos múltiplos aspectos da cultura política seria a maneira de definir a posição social do intelectual e sua articulação na esfera política. O intelectual é figura fundamental para se pensar a cultura política no Brasil, e para tanto não podemos nos esquecer ou ignorar a participação das mulheres nesse processo, verificando a trajetória de resistências e existência de Antonieta de Barros, pois para a História a existência se dá através da escrita, da pesquisa, da historiografia.

A historiografia mostra que, desde os anos 1940, foi intenso o debate intelectual acerca das teorias econômicas e políticas no Brasil (LIMA, 2017). Esses debates expressavam a preocupação e busca por soluções que orientassem projetos de nação, com o propósito de superação do atraso econômico brasileiro. Esse palco de discussões que se estende em jornais, revistas, escolas e universidades, adentrou diferentes regiões do Brasil e se estendeu ao longo de grande parte do século XX. O intelectual não estava fadado apenas a pensar e comunicar suas ideias, mas em muitos momentos se via com a missão de agir no tempo e espaço aos quais pertencia, e o campo político foi o espaço de ação dessas figuras históricas.

Em sua maioria, homens, com trajetórias muito parecidas, residentes no Rio de Janeiro ou São Paulo, vindos de famílias com médio ou alto poder aquisitivo, portadores de diplomas universitários e muitas vezes com experiências de estudos em países da Europa ou nos Estados Unidos. Porém, nesse mesmo século XX, nesse mesmo Brasil, figuras atípicas a esse contexto surgem e se colocam como intelectuais ao expressarem suas ideias e caminhos, e se colocarem no campo de ação política, e dentre esses que não se enquadram no perfil clássico de intelectual, podemos salientar casos como os aqui destacados.

Antonieta de Barros está entre as três primeiras mulheres eleitas no Brasil. Em 1934, foi eleita deputada estadual por Santa Catarina. Eleita a menos de meio século após a abolição da escravatura, em um contexto recente de conquista do voto facultativo pelas mulheres, uma mulher negra conquista um espaço no campo político, mesmo em um ambiente totalmente hostil. Assim, observar sua trajetória de vida política e de suas ideias, e traçar os desenhos que a constituem como uma intelectual de seu tempo, não considerada como tal naquele momento, mas que hoje a história pode observá-la nesse lugar.

TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA DE ANTONIETA DE BARROS

Antonieta de Barros nasceu em Florianópolis, em 11 de julho de 1901, filha de Catarina, mulher negra, lavadeira e cozinheira, e de pai não reconhecido nos registros oficiais. O registro de batismo a descrevia como ‘filha natural de’, evidenciando as marcas sociais de sua origem (Nunes, 2001, p. 26). Apesar das adversidades, formou-se professora normalista em 1921, com apoio de redes de solidariedade comunitária e de membros da elite local. Junto à irmã Leonor, também professora, fundou uma escola particular que ganhou prestígio entre famílias da elite catarinense. Esse empreendimento não apenas lhe garantiu reconhecimento social, mas também inserção em circuitos culturais e letRADos que seriam fundamentais para sua projeção política e intelectual.

A presença da família foi central em sua trajetória. Conforme Romão (2021), a mãe Catarina e a irmã Leonor foram pilares de sustentação material e afetiva. Leonor, em especial, acompanhou Antonieta em toda a vida, administrando o colégio e perpetuando sua memória até a morte em 1973. Esse núcleo revela as estratégias de mobilidade social das famílias negras no pós-abolição, em que redes de parentesco, compadrio e solidariedade foram decisivas para enfrentar o racismo e a marginalização estrutural. A trajetória de Antonieta é, portanto, indissociável da de sua família e de sua comunidade, que lhe possibilitaram resistir e avançar em espaços que lhe eram hostis. Ao longo de sua vida, Antonieta acumulou funções de professora, diretora escolar, cronista de jornais e parlamentar. Essa multiplicidade de papéis evidencia como soube transitar entre esferas diversas, construindo-se como uma intelectual pública em uma época em que mulheres, sobretudo negras, eram sistematicamente excluídas da cena política e cultural.

Antonieta de Barros faleceu em 28 de março de 1952, com apenas 50 anos. Sua breve trajetória política expressou fortemente sua trajetória intelectual, pois sua causa a favor da educação sempre esteve em pauta, tanto nas ideias quanto na ação. Portanto, pensar a postura dessa personagem da história é também a colocar no rol de intelectuais que pensavam o Brasil na primeira metade do século XX.

A MULHER INTELECTUAL

O conceito de intelectual, segundo Gramsci (1982), não se limita ao homem de letras, mas designa aqueles que intervêm na organização cultural e política de seu tempo. Nesse sentido, Antonieta se configurou como intelectual não apenas por sua atuação no magistério ou pela publicação de textos, mas sobretudo pela capacidade de intervir na esfera pública e disputar sentidos em torno de educação, cidadania e direitos políticos. Durante mais de duas décadas, publicou centenas de crônicas em jornais catarinenses, entre eles “República”, “O Estado”, “Correio do Estado”, e entre

outros, quase sempre sob o pseudônimo ‘Maria da Ilha’. Estima-se que tenha escrito mais de mil artigos, discutindo desde problemas cotidianos até reflexões sobre a condição feminina, o analfabetismo e as desigualdades sociais. Em suas palavras, a educação transcende o simples ato de alfabetizar: era um projeto político para a emancipação social e para a formação de cidadãos conscientes (Romão, 2021).

Pierre Bourdieu (1996) argumenta que a trajetória intelectual é marcada pela acumulação de capital simbólico. Ao ocupar a imprensa, o magistério e o parlamento, Antonieta transformou seus escritos e sua prática pedagógica em formas de autoridade, legitimando-se como voz pública em um campo dominado por homens brancos. Esse processo demonstra a construção de uma intelectualidade negra e feminina em meio à exclusão estrutural.

A produção intelectual de Antonieta de Barros inclui seu livro “Farrapos de Ideias” (1937), coletânea de crônicas que já circulavam em jornais locais. A primeira edição teve caráter filantrópico, destinando sua renda à construção do Preventório Santa Catarina, destinado a crianças filhas de portadores de hanseníase. A obra foi reeditada em 1971 e em 2001, reforçando sua importância para a memória cultural de Santa Catarina (Nunes, 2001). Embora Antonieta tenha declarado não ter “pretensões literárias”, o livro revela sua maturidade intelectual e seu engajamento com questões sociais e educacionais. Além de sua própria produção, a trajetória de Antonieta tem inspirado diferentes pesquisas. Nunes (2001) destacou sua atuação como cronista, educadora e política, ressaltando os vínculos entre sua escrita e os debates sociais da década de 1930. Romão (2021), por sua vez, articulou sua trajetória à história das mulheres negras, evidenciando o racismo e a misoginia que enfrentou, como ameaças telefônicas e comentários preconceituosos durante campanhas eleitorais. Pesquisas recentes em história intelectual também visam analisar seus escritos como mecanismos de resistência e como forma de transformar a produção escrita em capital simbólico. Diversas facetas dessa personagem podem e estão de fato sendo analisadas, revelando assim sua relevância em diversos âmbitos.

No campo educacional, Antonieta defendeu de forma pioneira a valorização docente e a democratização do ensino. Suas crônicas insistiam na necessidade de concursos públicos para professores, da ampliação do acesso aos livros e da criação de políticas de combate ao analfabetismo, que na década de 1920 atingia 65% da população catarinense. Para ela, a escola era um espaço de emancipação e de construção da cidadania.

O legado de Antonieta de Barros transcende seu tempo. Para o movimento negro e feminista, constitui símbolo da possibilidade de inserção e resistência em espaços marcados pela exclusão. Sua atuação evidencia as contradições de uma modernização que mantinha a marginalização de mulheres e negros, mas

que foi tensionada por sujeitos que ousaram ocupar espaços interditados. Como lembra Romão (2021, p. 277), “foi Antonieta — e, por extensão, Leonor — alçada ao reconhecimento que merecia? No contexto popular e das memórias pessoais, sim; mas no contexto público, ainda não”. Esse alerta é fundamental: a permanência de seu legado depende da continuidade de pesquisas e práticas educativas que reafirmem sua importância no pensamento intelectual e político brasileiro. Sua trajetória dialoga com debates contemporâneos sobre educação, democracia, raça e gênero, mostrando-se atual e necessária.

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ANTONIETA DE BARROS

A trajetória política de Antonieta de Barros se inscreve como uma experiência singular na história política e intelectual brasileira do século XX. Mulher negra, filha de ex-escravizada, professora e jornalista, Antonieta tornou-se símbolo de resistência e de ruptura com os padrões de exclusão que marcaram a política nacional, especialmente em estados como Santa Catarina, onde a presença negra foi historicamente marginalizada. Nascida em 1901, em Florianópolis, Antonieta enfrentou desde cedo as barreiras impostas pelo racismo e pelo sexismo. Sua formação como professora em 1922 permitiu-lhe inserir-se no espaço educacional, campo no qual se tornaria voz ativa contra o analfabetismo e a defesa da instrução das mulheres. Sua trajetória foi capaz de unir a política e a produção intelectual, tendo como centro de seus discursos a luta pelo acesso à educação.

O marco inicial de sua trajetória política ocorreu em 1934, quando foi eleita deputada estadual pelo Partido Liberal Catarinense, tornando-se a primeira deputada negra do Brasil e a primeira mulher eleita em Santa Catarina. Tal conquista deu-se em um contexto de conquistas recentes do movimento sufragista, já que o voto feminino fora assegurado apenas em 1932. Como ressalta a dissertação sobre *Os Direitos Políticos das Mulheres Brasileiras*, a inclusão das mulheres na cidadania política se deu de forma tardia e restrita: “a emancipação política das mulheres brasileiras [...] deixou ao largo as analfabetas” (BESTER, 1996, p. 114). Nesse cenário, a vitória de Antonieta representou não apenas um avanço para as mulheres, mas uma ruptura ainda maior ao incluir uma mulher negra no espaço legislativo. Sua candidatura foi articulada por Nereu Ramos, que via na presença feminina um elemento de modernização partidária. Contudo, sua eleição gerou reações ambíguas: de um lado, era exaltada como “símbolo da mulher catarinense” (NUNES, 2001, p. 215); de outro, enfrentava os preconceitos de raça e gênero em um ambiente marcado pela hostilidade à sua presença. No exercício do mandato, Antonieta priorizou pautas ligadas à educação, ao magistério e à valorização da instrução popular. Ela chegou a presidir, em 1935, uma sessão da Assembleia Legislativa de Santa Catarina — fato inédito para uma mulher naquele período e que provocou polêmica.

Como registra DRANKA, “sua simples presença no espaço político já significava uma ruptura com os estereótipos de gênero, raça e classe” (DRANKA, p. 47). Sua postura política, no entanto, foi lida de formas diversas. Parte da historiografia acusa Antonieta de não enfrentar abertamente o racismo e de se manter afastada de pautas feministas radicais. Porém, tal perspectiva desconsidera os limites históricos de sua época. Como ressalta outro estudo, “foi justamente ao se inserir na política institucional, marcada pela exclusão, que Antonieta afirmou sua existência como mulher negra intelectual” (CARVALHO, 2016, p. 19).

Como parlamentar, foi autora de leis sobre educação e cultura, como a que instituiu o Dia do Professor, além de contribuir para a redação de capítulos da Constituição catarinense relativos à educação (Romão, 2021). Sua atuação foi marcada pela defesa da profissionalização feminina, da equidade salarial e da expansão do ensino secundário.

Com a instauração do Estado Novo, em 1937, a Assembleia foi dissolvida e a intelectual retornou ao magistério. Após a redemocratização, voltou à política em 1947, sendo eleita novamente deputada estadual, desta vez pelo PSD. Assumiu em 1948 e reforçou sua agenda em defesa da educação e do magistério, demonstrando continuidade em seu compromisso político. Segundo a análise de Nunes, 2001, sua segunda legislatura reafirmou a centralidade da pauta educacional, traduzindo a intersecção entre sua trajetória profissional e sua militância política.

A trajetória de Antonieta deve ser compreendida à luz da luta racial e de gênero no Brasil, especialmente em um estado como Santa Catarina, que construiu historicamente uma autoimagem de homogeneidade branca. O estudo sobre os descendentes de africanos em Santa Catarina aponta que a população negra catarinense foi marcada por “exclusão e marginalização” no pós-abolição, sobretudo no acesso à terra, à cidadania e à educação (LEITE, 1991, p. 12). Inserida nesse contexto, Antonieta rompeu com a invisibilidade ao assumir um lugar de poder institucional. Sua atuação política pode ser lida como uma forma de resistência negra, ainda que nem sempre explicitada em discursos diretos sobre raça. A presença de uma mulher negra na Assembleia Legislativa em 1934 produziu uma ruptura simbólica de grande magnitude: desestabilizou o imaginário político catarinense, fortemente marcado pela exclusão racial, e questionou os limites da cidadania feminina recém-conquistada.

Em um Brasil que ainda via a política como domínio masculino, branco e elitista, Antonieta transformou sua eleição em um ato de resistência coletiva. Sua memória, posteriormente resgatada por movimentos feministas e negros, demonstra a atualidade de seu legado e a importância de situar sua figura como precursora de debates que só muito mais tarde seriam formalizados, como as cotas raciais e de gênero na política.

Antonieta de Barros deixou um legado que transcende sua atuação parlamentar. Sua eleição em 1934 permanece como símbolo da força das conquistas sufragistas, da luta das mulheres e da resistência negra em um estado historicamente excludente. Ainda hoje, sua trajetória inspira movimentos femininos e negros, ao demonstrar que a política institucional pode ser apropriada como espaço de luta por reconhecimento e igualdade. Sua presença no cenário político catarinense deve ser entendida como uma antecipação de debates que só muito mais tarde se tornariam centrais, como as políticas de cotas para mulheres e negros. Nesse sentido, Antonieta não foi apenas pioneira, mas inaugurou possibilidades para que outras vozes femininas e negras pudessem, no futuro, ocupar espaços de poder.

FARRAPOS DE IDEIAS

Em 1937, Antonieta de Barros reúne seus textos, suas “crônicas ligeiras” em suas palavras, e constrói seu livro *Farrapos de ideias*. Essas crônicas eram escritas no jornal “República” aos domingos. Nos textos reunidos nessa obra, a intelectual expressa várias ideias. Entre elas, iremos destacar algumas que se repetem em seu repertório de palavras. Sendo assim, iremos destacar três elementos de seu ideário: o cristianismo como ferramenta de crítica social; a ênfase na importância e função libertadora da educação para todos; e a crítica ao Iluminismo como um projeto pronto de civilização, que não dava conta de responder aos anseios de grupos sociais em que a intelectual se faz defensora.

De Joelhos é mais que um texto jornalístico, é uma prece que envolve um íntimo sentimento de gratidão, onde Antonieta se via agraciada por ser comissionada para a missão de ser uma mestre, e essa missão envolvia um sentimento maternal que buscava em sua oração sabedoria para instruir os chamados “...filhos de minha alma...”. “Não basta existir. É preciso saber encher a vida do colorido do Bem. As existências não se medem pelos relógios que ‘dividem as horas e os minutos’, mas pelas ações iluminadas pela solidariedade humana, uma das múltiplas facetas do Amor, que teve em Cristo o seu máximo Apóstolo.” (BARROS, 2002, p. 24)

O cristianismo de Antonieta está em suas linhas, mas, para além de palavras, está em sua alma e ação. Sua luta, sua missão, sua insistência se fundamentam no princípio de amar o próximo, de mudar e melhorar o seu redor, como um propósito de vida, de melhorar o Brasil. O discurso cristão se mostrou então como uma estratégia de contestação das injustiças que vivenciava.

Um de seus textos, que tem o título “Não só de pão viverá o homem”, faz a relação do versículo bíblico, trazendo as palavras de Jesus, que no sentido original do texto ressaltava que o pão era vital, porém insuficiente, pois o homem precisava alimentar seu espírito com as escrituras sagradas. A intelectual, nesse texto, sinaliza

que a alfabetização não bastava, era necessário mais, que seria uma educação que daria acesso a todas as criaturas, consciência, independência, liberdade e individualidade. Esse recurso é muito utilizado por Antonieta de Barros. Ela traz um versículo ou um conceito bíblico para então fazer sua crítica. Esse é um recurso que aproxima o leitor de suas ideias. Em muitos momentos a historiografia acreditava que os textos dela tinham um teor de um discurso de catequese, mas na verdade o discurso cristão é uma ponte para a sua crítica, pois o intuito é sempre chegar à conclusão da crítica da falta de valorização da educação e do problema de acesso à educação. Sendo assim, o cristianismo é uma ponte que liga o leitor conservador, cristão, às ideias críticas de Barros.

O seguinte trecho trata de uma citação que a intelectual destaca em uma de suas crônicas, onde fica evidente a influência de José Ingenieros (1877-1925), médico, filósofo, sociólogo argentino, sobre as ideias da autora. A ideia de que a educação teria um papel transformador, frente a uma crítica aos aspectos materialistas e violentos em prol da busca por civilização, é central em grande parte da obra *Farrapos de Ideias*. “As pátrias bárbaras foram feitas por soldados e por eles batizadas com sangue; as pátrias morais fá-las-ão os mestres sem mais armas que o abecedário.” (Apud, Barros, 2022, p. 54).

A questão de gênero também foi explorada em seus escritos, talvez menos do que muitas feministas de sua época, mas sua luta pela necessidade de que as mulheres tinham de ter acesso à educação foi uma ideia ressaltada em sua ação e em suas palavras. Para a intelectual, a mulher pode ter funções, personalidade diferente do homem, mas isso não impossibilitaria que ela utilizasse a razão. Ela poderia ter funções distintas do homem, mas ainda seria um ser completo e livre com autonomia, principalmente para estudar e conhecer o que lhe interessa. “Todavia parece tão simples tudo. A sabedoria divina semeou o espaço de astros que têm vida autônoma, giram, sofrem a influência da simpatia universal e conservam, dentro da mais completa harmonia, sua integral personalidade...Cada ser é um mundo completo, com as suas leis e obrigações.” (Barros, 2022, p. 96)

Outro elemento de crítica de Antonieta de Barros foi o conceito de modernidade, baseada na ideia de civilização. Para ela, a sociedade ostentava seu título de civilização quando, no entanto, guardava traços da barbaria antiga. Aqui, ela ressalta a permanência da violência e da guerra, mesmo em um contexto em que o futuro prometia paz e prosperidade. Nesse sentido, a intelectual traz uma discussão presente em vários intelectuais dos anos 1920, uma crítica forte a esse idealismo futurista, que perante os horrores da Guerra gerou um desconforto e descrédito com esse futuro que prometia ser algo novo, mas que resistia em carregar o passado consigo.

“A humanidade de hoje, embora se julgue civilizada, conserva e desenvolve resíduos da barbaria antiga, de que como afirmada nada existe de novo sobre a terra, procura-se reviver as cenas dantescas” (Barros, 2022, p. 54).

Na seguinte passagem, esse descontentamento com o futuro presente se expressa trazendo mais uma vez trechos bíblicos e expressões da literatura de Dante, para ressaltar a crítica ao seu contexto. Ao resgatar o pessimismo de Salomão, citando parte do texto de Eclesiastes “O que foi, isso é o que há de ser; e o que se fez, isso se fará; de modo que nada há de novo debaixo do sol”. Esse texto expressa esse descontentamento com a ideia de mudança, avanço, evolução e progresso, denunciando a permanência do passado, a insistência dele em continuar sendo o presente, e a guerra era essa evidência do passado presente.

Esse mal-estar, expresso por Antonieta, é visível em outros intelectuais do período, como na obra de Oswald Spengler (1973), onde questiona a ideia linear de progresso civilizatório, ou no próprio Freud (1974) em sua obra clássica *O Mal-estar na civilização*, em que ele aponta a guerra como expressão do insucesso da ideia de progresso civilizatório; ou ainda nos brasileiros Mario de Andrade (1928) e Oswald de Andrade (1928), onde fazem uma reflexão crítica da degradação cultural e necessidade de uma valorização dos elementos nacionais, em meio à crise desse conceito de civilização eurocêntrico.

Antonieta de Barros faz uma crítica dando ênfase ao social e político, ressaltando que o ideal europeu de civilização, excluía negros, mulheres e pobres. O progresso não seria para todos, e nesse contexto a educação teria o papel de democratização desse progresso. O ideal da Modernidade, onde o horizonte de expectativa seria um futuro melhor, é visto com dúvidas e descrença pela autora, já que nessa marcha do tempo, muitos ficam para trás, sem direitos básicos como a educação. Essa exclusão gera um cenário de incertezas. “Não há quem não cogite o porquê desta marcha assombrosa para um Futuro, que a insegurança do Presente nos faz temer.” (Barros, 2022, p. 66). A intelectual faz uma crítica ao pensamento Moderno e seu apego a uma marcha para o futuro, pois grande parte da sociedade é expectadora desse movimento, não faz parte dele, é excluída. Esse discurso positivista obviamente que atinge Barros, mas ela consegue desenvolver ferramentas de crítica a ele, ressaltando a importância de se incluir. A crítica não é ao projeto de futuro, liberdade, prosperidade econômica, mas à limitação desse projeto que não carrega todos, principalmente quando afasta os menos favorecidos da Educação, que seria a grande norteadora desse processo.

Segundo Carreta (2005), os intelectuais dos anos 1920 no Brasil elaboraram um projeto nacional, no qual a educação e a ciência eram as bases. Para o autor, esse pensamento poderia ser considerado até mesmo utópico, no sentido que Karl

Mannheim coloca, como um “lugar que não existe” no presente, mas no Futuro presente, como Koselleck (2006) entendia, esse horizonte de expectativa, essa ideia de um futuro, elaborado naquele presente contexto. Levando em consideração esse elemento, podemos considerar a partir dos trabalhos de Luciano Martins (1987) e Carreta (2005) que Antonieta de Barros carregava características que a possibilitavam o título de intelectual. Porém, naquele momento, existiam entraves para essa concepção, frutos de seu contexto histórico, que limitavam seu espaço de atuação por conta de seu gênero e cor.

Segundo Martins (1987), alguns pontos eram essenciais para se definir um corpo de intelectuais, chamado “intelligentsia”. A partir da relação fundamental entre o intelectual e a política, relacionou-se alguns pontos para a construção desse conceito, sendo eles: um caráter mais do que ideológico, mas utópico de seu pensamento; a existência de uma ideia de uma liderança moral da nação que fala em nome das classes silenciadas; não é um estrato definido, podendo se sentir em um isolamento em relação à sociedade; carrega uma missão, com um caráter de transformação social.

Um dos principais espaços de atuação desse ideal de intelectual era a universidade, primeiro espaço negado a ela, já que as mulheres não poderiam ter acesso ao estudo acadêmico. Em segundo lugar, a cor, uma mulher negra vivenciava a invisibilidade social e o preconceito constantemente. Nesses termos, o gênero, a cor, as condições sociais, afastaram por décadas o título de intelectual da figura de Antonieta de Barros, mesmo ela tendo todos os aspectos de uma intelectual da época, até mesmo participando diretamente do cenário político nacional. A ela não foi dado o título de intelectual naquele momento.

Porém, hoje, é fato que seu pensamento e ideias ressoavam nas colunas dos jornais de Florianópolis, rompendo as barreiras da invisibilidade. Através de estratégias necessárias, como o próprio cristianismo, Antonieta de Barros não buscava a catequização em suas palavras, mas a crítica ao seu contexto atual, e a luta por inclusão e pela educação para todos e principalmente todas. Esses aspectos de suas ideias e ações a faziam dela uma intelectual.

É nesse ponto que entendemos que é possível fazer o cruzamento entre as noções de intelligentsia e utopia. Mannheim define a intelligentsia como um estrato socialmente desvinculado. Esta desvinculação de qualquer classe, não obstante a origem diversa de seus componentes, permitiria a este estrato colocar sob crítica todos os pontos-de-vista em conflito na sociedade e fazer, a partir deles, uma síntese. Cremos, pela definição que Mannheim faz de utopia, que é a independência relativa da intelligentsia em relação às classes sociais que faz dela a portadora por excelência da mentalidade utópica mais abrangente e inclusiva. (Carreta, 2005, p. 59).

Para tanto, é preciso um novo conceito de intelectual, um conceito que faça sentido para o atual presente, pois é para o presente e futuro que escrevemos a história do passado, que rememoramos e construímos memórias. É para o hoje que Antonieta de Barros é necessária, onde o valor do abecedário se perde dia após dia, e com ele se esvai a “esperança do futuro melhor”, como dizia a intelectual. É para hoje que a figura da mulher em todos os espaços públicos e intelectuais precisa ser ressaltada como existência no passado, e possibilidade para o presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo buscou evidenciar a relevância de Antonieta de Barros como intelectual, educadora e política. Sua vida, atravessada por racismo e misoginia, demonstra como uma mulher negra foi capaz de elaborar estratégias de resistência e intervir no espaço público brasileiro. Sua produção escrita, seu compromisso com a educação e sua atuação parlamentar conferem-lhe lugar de destaque na história das intelectuais do Brasil. Reconhecê-la como tal é um gesto de justiça histórica, mas também um convite a repensar a presença das mulheres negras na construção da cultura e da política nacional.

Sendo assim, o que nos motivou foi a lógica da necessidade do reconhecimento do processo de resistência de mulheres como Antonieta de Barros ao longo de sua trajetória, mas não só resistência, mas também existência, uma existência histórica que só se concretiza ao passo da pesquisa historiográfica e da escrita dela. O ofício do historiador é trazer à existência histórica as resistências do passado. Ressaltar que Antonieta de Barros foi uma intelectual é dar à memória dela um lugar na História.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**: o herói sem nenhum caráter. São Paulo: Tipografia e Papelaria Moura, 1928.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto antropófago. São Paulo, 1928. *Revista de Antropofagia*.

BESTER, Gisela Maria. *Direitos políticos das mulheres brasileiras: aspectos históricos da luta sufrágica e algumas conquistas políticas posteriores*. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas – Especialidade Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CARRETAS. Intelectuais e utopia no Brasil dos anos 1920. **Humanitas**, Campinas, v. 21, n. 1/2, p. 55-72, 2005.

CARVALHO, Carol Lima de. **Mulheres negras em ação**: Associação Mulheres Negras Antonieta de Barros, Florianópolis-SC (1985-2015). [S. I.], 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

DRANKA, Renata Aparecida Paupitz. **Antonieta de Barros: trajetórias discursivas**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2003.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Tradução de José Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. 21.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LEITE, Ilka Boaventura. **Descendentes de Africanos em Santa Catarina: Invisibilidade Histórica e Segregação. Cadernos Textos e Debates**, Núcleo de Estudos Sobre Identidade e Relações Interétnicas. Ano I, n. 1, 1991, UFSC.

LIMA, N. R. R. **Celso Furtado x Eugênio Gudin**: a construção de um debate político sob a concepção basilar da dinâmica da história. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista. Assis, 2017.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil, 1920-1940. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 65-87, jun. 1987.

NUNES, Karla Leonora Dahse. **Antonieta de Barros: Uma história**. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, 2001.

PECAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

ROMÃO, Jeruse. **Antonieta de Barros**: Professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil. Florianópolis: Editora Cais, 2021.

SIRINELLI, Jean-François. **Gerações intelectuais e história cultural**. São Paulo: Contexto, 1996.

SPENGLER, Oswald. **A Decadência do Ocidente**. Tradução de Herbert Caro. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.